

As Classes Sociais em Bourdieu

Marcos Alves Fernandes¹

Recebido em setembro de 2023

Aceito em maio de 2026

RESUMO

O presente artigo pretende esboçar um panorama da noção de classe em Pierre Bourdieu. Para tanto revisita obras seminais do autor e de seus principais comentadores. Bourdieu avança de maneira mais sofisticada e cientificamente mais robusta o debate acerca da noção de classes sociais a partir do diálogo com Marx e, principalmente, com Weber. Para Bourdieu, a noção de classe deve ser entendida como um espaço social, ou seja, agentes estão distribuídos conforme o volume e a estrutura de seus capitais, tendo no *habitus* o elemento norteador de pertencimento a determinada classe, que pode ser mais cognoscente com a proximidade dos gostos e estilos de vida.

Palavras-chave: Bourdieu. Classes sociais. Espaço social. Habitus. Gosto.

Social Classes in Bourdieu

ABSTRACT

This article seeks to delineate a comprehensive overview of Pierre Bourdieu's conception of social class. To that end, it revisits the author's seminal works as well as those of his principal commentators. Bourdieu advances the debate on social classes in a more sophisticated and empirically rigorous manner, drawing on dialogue with Marx and, above all, with Weber. For Bourdieu, the notion of class must be understood as a *social space* – i.e., individuals are distributed according to the volume and composition of their capitals, with *habitus* functioning as the guiding principle of belonging to a given class, which becomes more discernible through the proximity of tastes and lifestyles.

Keywords: Bourdieu. Social classes. Social space. Habitus. Taste.

Introdução

Em vista de dar continuidade aos trabalhos dos “pais fundadores”² da sociologia, Pierre Bourdieu, com base nos instrumentos conceituais legados pelos autores clássicos, desenvolve uma teoria geral das práticas e da economia dos bens simbólicos. Por consequência, a noção de classe galgou em Bourdieu um projeto científico mais

¹ Doutorando em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, mestre pelo mesmo programa de pós-graduação (2022) e graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Duque de Caxias (2016).

² Pierre Bourdieu, principalmente após desfiliar-se da filosofia e despendar, paulatinamente, sua diligência para as disciplinas da antropologia, etnografia e, por fim, a sociologia, empreendeu um esforço hercúleo em preencher as lacunas deixadas por Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, em um processo integracionista dos postulados dos três autores.

pujante e refinado, trazendo uma compreensão distinta de outros tratamentos sobre o assunto.

Em primeiro lugar, a concepção de classe para Bourdieu é *relacional*. Na esteira de Marx e Durkheim, onde a realidade social está vinculada nas relações, fincada em uma estrutura material e simbólica. Sendo que Bourdieu acentua a dimensão simbólica em sua obra, definida em duas formas primordiais: por um lado, nas instituições, ou melhor, campos³; e, por outro lado, no interior dos corpos, na forma de um sistema de esquemas de percepção e apreciação (*habitus*). Bourdieu desenvolve sua teoria da prática com o objetivo de superar a dicotomia entre o artificialismo *objetivista* – que tenta explicar a vida social a partir da concepção que escapa à consciência – e a *subjetivista* – que parte das representações que os agentes fazem do mundo social – das ciências sociais (Wacquant, 2013. p. 88).

À vista disso, para Bourdieu a “realidade social” é configurada a partir de redes de relações invisíveis, que integram um espaço de posições externas umas às outras, definidas umas em relações às outras. Bourdieu pontua que a sociologia, em seu caráter *objetivista*, tem de expressar-se numa análise das posições relativas e das relações objetivas entre essas posições. Contudo, Bourdieu promove uma forte crítica, rupturas com as concepções *objetivistas* e *subjetivistas*, propondo a superação destas. Desta maneira, Bourdieu sustenta, que após a ruptura com as noções primevas (senso comum), é necessário suceder uma segunda ruptura com o *objetivismo* (Wacquant, 2013. p. 88). Não obstante, o *subjetivismo* inclina-se a moderar as estruturas às interações (Bourdieu, 2013. p. 105-106), o *objetivismo*, por sua vez, tende ao contrário, a deslocar-se a um realismo da estrutura, tratando-as como realidades já constituídas fora do indivíduo e do grupo (Bourdieu, 1989, p. 133). A sociologia deve incluir também um estudo da percepção do mundo social, pois as percepções e representações também

³ A noção de campo, que segundo Bourdieu, corresponde a um microcosmo no macrocosmo estabelecido pelo espaço social absoluto, que é relativamente autônomo em relação a outros campos, isto é, possui regras próprias de operacionalidade e, em seu interior, há dominantes e dominados que lutam pela conservação ou pela conversão e reconversão das posições no respectivo campo, que tem como objetivo peremptório a obtenção do monopólio do capital específico que legitima a condição de dominância e a execução da violência simbólica.

contribuem para a construção desse mundo, sendo fundamentais para explicar as lutas cotidianas que visam transformar ou conservar as estruturas sociais (Bourdieu, 2019).

Desta forma, a estruturação da noção de classe na sociologia de Bourdieu está impregnada de sua perspectiva científica (conquistado, construído e constatado)⁴ em que os elementos constituintes da noção estão concebidos na sociedade em um imbricado e complexo esquema interpretativo da realidade. Sendo de caráter multidimensional, ou seja, deve considerar todas as dimensões existentes e não ficar preso a um elemento, que no caso da interpretação marxista seria o determinismo econômico (Bourdieu, 1989, p.152). E, finalmente, uma ruptura com o *objetivismo* e antever as lutas simbólicas nos mais variados campos.

Portanto, dividiremos este artigo em três partes. A primeira tratará da proximidade conceitual da proposta de classe de Bourdieu em Weber e poder analisá-la a partir dos escritos de Weber. A segunda parte buscará compreender o que Bourdieu chama de espaço social e o porquê ela é tão importante para arquitetura da noção de classe. A terceira parte se debruça acerca do *habitus*, e um dos principais conceitos de Bourdieu. E, por fim, analisaremos a noção de gosto na obra de Bourdieu e a sua relação com o *habitus* e com a classe.

Aproximação weberiana

Bourdieu, por dar atenção tanto para as estruturas quanto para os agentes, impõe uma ruptura com os quadros marxistas e weberianos de interpretação das classes sociais: “o quadro relacional de Bourdieu também diverge claramente tanto da abordagem marxista quanto da weberiana de classe” (Wacquant, 2013, p. 88). Entretanto, o autor dá maior ênfase à perspectiva weberiana de classe.

De acordo Wacquant, a noção de classe em Bourdieu é agonística (no sentido de luta, combate), portanto, mais próxima das premissas de Max Weber (Wacquant, 2013, p. 89). Com base nos princípios tipológicos de estratificação social *weberiano*,

⁴ Bourdieu, com base nos apontamentos de Gaston Bachelard (2016), salienta que “o fato é conquistado, construído e constatado”. Conquistado contra a ilusão do saber imediato; construído a partir do esforço de conceituação e à implementação do raciocínio hipotético-dedutivo; e constatado, isto é, validado pela coletividade por intermédio de um trabalho de comunicação.

Bourdieu ancora-se na incongruência entre o grupo de *status* e a classe social para elencar o gérmen de uma ordenação social unívoca, desta maneira, a noção de classe em Bourdieu está mais próxima das contribuições *weberianas* (Wacquant, 2013, p. 88).

Segundo Bourdieu, Weber buscava estabelecer uma correspondência em relação ao elo gerador de estratificação social, que nas sociedades tradicionais e nas pré-capitalistas estavam sob a égide da ordem estamental, que se diferencia da sociedade capitalista moderna, mais afeito as variáveis econômicas.

As questões envolvendo a temática da estratificação estão vinculadas à distribuição de poder na comunidade. É importante frisar o entendimento de Weber em relação ao conceito de poder, uma vez que é justamente o poder que corresponde à chave da estratificação social.

Por poder, Weber compreende “a probabilidade de uma ou várias impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta” (Weber, p. 175). Dito isto, Weber salienta que a imposição de poder não se encontra regida unicamente pela esfera econômica, mas, sobre efeito de poder já existente na sociedade. Desse modo, Weber chama a atenção para o caráter da “honra” social ou prestígio. Tanto o aspecto econômico quanto a honra exercem elementos constitutivos na configuração do poder, fenômenos que podem ser garantidos pela ordem jurídica (Weber, p. 176).

Portanto, o poder economicamente condicionado se distingue do poder propriamente puro, visto que a emersão do poder econômico pode ser derivada de outras formas que não sejam econômicas. Em outras palavras, o fator econômico não é a única variável de poder, logo, o poder econômico, em muitos casos, não é a gênese de reconhecimento ou da honra social. À vista disso, Weber endossa que o poder pode ser garantido por aspectos legais.

Dessa forma, Weber procura compreender as posições dos indivíduos na sociedade e a capacidade de impor o poder a partir de critérios mais diversificados, utilizando-se da incorporação de esferas como recurso intelectual, divididos da

seguinte maneira: as “classes”,⁵ que estão segmentadas pelos vetores econômicos; os “estamentos”⁶ ou grupos de *status*, que estão orientados pelo enfoque social ou cultural; e, por fim, os “partidos”, que se referem ao ponto de vista político, quer dizer, de poder.

Já a teoria de classe em Bourdieu, em especial na sua principal obra *A Distinção: crítica social do gosto* opera “como um esforço para repensar a oposição que

⁵ Max Weber desenvolve a noção de classe a partir de esferas econômicas. Para Weber, “classes” não são comunidades, mas ações comunitárias: [...] “falamos de uma ‘classe’ quando 1) uma pluralidade de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que 2) este componente está representado, exclusivamente, por interesses econômicos, de posse de bens e aquisitivos, e isto 3) em condições determinadas pelo *mercado* de bens ou de trabalho (“situação de classe”)” (Weber, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 2009. p. 176). A classe é estabelecida em conformidade a critérios engendrados a partir do azo de vida e orientado por um componente causal específico. Tal componente é representado, tão somente, com base em interesses econômicos de posse de bens, renda, das circunstâncias no mercado de produtos e do mercado de trabalho (“situação de classe”). Erik Olin Wright, resume a noção de classe em sentido weberiano da seguinte maneira: “O termo ‘classe’ se refere a qualquer grupo de pessoas que se encontre na mesma situação de classe” (Wright, p. 155).

⁶ Diferente das classes, os estamentos são comunidades, embora amorfas, e não se fundam, necessariamente, via apropriação econômica. Uma vez que seus sustentáculos estão calcados em categorias socioculturais, portanto, atrelado a condicionantes tradicionais, de hereditariedade, de honra e de prestígio, que, inexoravelmente, estão manifestos na condução das relações e das classificações de seus membros. Consequentemente, os elementos citados acima são fundamentais na compreensão do tipo-ideal estamental. Os estamentos estão balizados por uma estimativa específica, que pode ser positiva ou negativa, de honraria. Weber destaca o jaez segregacionista estamental que se esteiam “ao lado da honra estamental específica, que sempre se baseia em distância e exclusividade, e ao lado de vantagens honoríficas”, que constituem privilégios e monopólios materiais de toda espécie. Tais monopólios encontram-se tanto em sentido *positivo* quanto *negativo*. Na sociedade estamental, portanto, realiza-se pelos grupos de *status*, os quais são fixados por aferição a *per se* da honra e se estratificam pela usurpação, moldando arquétipos quanto ao *estilo de vida* de seus integrantes do mesmo círculo, “trata-se de uma estrutura puramente convencional, essencialmente baseada em usurpação” (Weber, 2009, p. 181). As consequências da ordem estamental podem evoluir para a constituição de “castas”. Onde a diferenciação estamental não está mais alvedrio de convenções e nem leis, mas, assegurada pelos *rituais*, o que coloca o simples contato de um indivíduo de uma casta “superior” com um de uma casta “inferior”, como uma mácula ou estigma, que deve ser extirpada em atos ritualísticos. Entretanto, tal condição extrema só ocorre em situações em que as diferenças subjacentes são consideradas como “étnicas”, por exemplo, o caso dos judeus, que mesmo sendo párias cultivam: “a crença na ‘honra’ própria específica” (Weber, 2009, p. 182). Weber chama a atenção para a lógica estamental do sentimento de dignidade tanto dos negativamente privilegiados (que sofrem um certo desvio específico) como dos positivamente privilegiados. O cerne da honra estamental está adicionado – de modo expresso – ao *estilo de vida* específico previsto de todos que almejam harmonizar-se a determinado círculo. Tal pretensão força restrições no que tange às relações sociais, por exemplo, o matrimônio: “Essas restrições podem limitar os casamentos normais ao círculo de *status* e podem levar a um completo fechamento endogâmico” (Weber, 1974, p. 220). A estratificação por estamentos vincula-se ao açambarque de bens e oportunidades materiais e imateriais, que por sua vez, tornam-se regularidades, normas, que influenciam a designação estamental, acautelando restrições ao relacionamento social.

Max Weber faz entre classe e Posição” (Weininger, 2015, p. 101). De acordo com as palavras de Weininger:

[...] Para Bourdieu, diferenças de status (i. é, de estilos de vida) podem ser vistas como manifestações de diferenças de classes. Para avaliar esse pressuposto, ele elabora um argumento explicativo postulando, primeiro, uma ligação causal entre a situação de classe e o “*habitus*” e, segundo, uma relação “expressiva” entre o *habitus* e uma variedade de práticas em diversas áreas de consumo, práticas simbolicamente coerentes na formação de um todo (um “estilo de vida”). Em terceiro lugar, no entanto, Bourdieu também afirma que essas práticas servem para constituição de coletividades sociais – isto é, “grupos de *status*” – ao estabelecerem fronteiras simbólicas entre indivíduos em diferentes situações na estrutura de classes. O processo pelo qual isso se dá é conflituoso, tomando a forma do que ele chama de “luta classificatória”. E, por fim, Bourdieu demonstra que essa luta vem a ser apenas uma das muitas modalidades através das quais esse “poder simbólico” é exercido (Weininger, 2015, p. 101).

Diferente de outros autores, Bourdieu desenvolve uma teoria das classes que prima pelo simbólico, manifesto nas condições materiais de existência em sincronia com o *habitus*, que é expressa nas práticas em uma seara de consumo (esporte, indumento, alimentação, linguística, divisão ocupacional do trabalho),⁷ condicionado pelas diferenças, limiar entre as classes e frações de classe. A teoria das classes sociais deve, portanto, superar a oposição entre as teorias objetivistas que assimilam as classes (nem que seja para demonstrar por absurdo sua inexistência) a grupos discretos, simples populações enumeráveis e separadas por fronteiras objetivamente inscritas na realidade, e as teorias subjetivistas (ou, se quisermos, marginalistas) que reduzem a “ordem social” a uma espécie de classificação coletiva obtida pela agregação das classificações individuais, ou, mais precisamente, das estratégias individuais, classificadas e classificantes, pelas quais os agentes classificam a si e aos outros (Bourdieu, 2013, p. 108).

⁷ Bourdieu atenta que a estrutura de classe também está atrelada a divisão ocupacional do trabalho. Ou seja, as posições referentes ao universo do trabalho compõem as classes e as frações de classe. A Burguesia segundo a maior posse de capitais distintivos. As classes médias que ocupam posições no mundo do trabalho, como professores do ensino médio, técnicos, empregados de escritório, secretárias etc. Na burguesia, por exemplo, as frações dominantes e dominadas diferenciam-se internamente segundo o volume da espécie de capital, a fração dominante rica em capital econômico corresponde aos industriais, grandes empresários etc., enquanto a fração dominada é rica em capital cultural (intelectuais, professores universitários, artistas etc.).

Espaço social

A noção de classe deve ser entendida como um espaço social, ou seja, na sociedade os agentes sociais ocupam posições relativas definidas conforme se distribuem as propriedades (capitais), o que lhe confere vantagens, ou melhor, poder nas relações com outros agentes. Desse modo, os agentes distinguem-se segundo sua relativa posição ocupada no espaço social. Nesse sentido, Bourdieu propõe um cabedal teórico sobreposto em três níveis, a saber: o espaço social, *habitus* e estilos de vida (Sallum jr. & Bertoncello, 2017. p. 118-122).

O capital é um recurso, ou seja, um estoque de elementos ou componentes que podem ser adquiridos por um indivíduo ou por um grupo, que operam como meios de poder, e as relações de classe são relações de poder. O capital para Bourdieu tem formas distintas, manifestas, na maioria das vezes, nas formas de capital econômico, capital cultural, capital social e capital simbólico.

Em contraponto com Marx⁸ o capital para Bourdieu é uma espécie de poder que confere vantagens nas lutas sociais objetivas. Diferente de Marx, Bourdieu concentra suas análises nas lacunas culturais. De acordo com Michael Burawoy, Marx interessava-se pela “sucessão histórica dos campos econômicos (modos de produção), Bourdieu está interessado na coexistência simultânea de diversos campos” (Burawoy, 2010. p. 34).

⁸ Para Karl Marx o capital não é apenas uma coisa, mas, uma relação social (de exploração), sobretudo, pelo caráter alienante do trabalho, haja vista, que força de trabalho do trabalhador não passa de uma mercadoria. Para Marx, o capital já tinha um aspecto “relacional”, isto é, propaga suas potencialidades de apropriação dos privilégios em uma “situação social” efetiva de concretude. Desse modo, a propriedade dos “meios de produção”, o trabalho fixo, produto do trabalho acumulado anteriormente “morto” e materializado nele, estipula a classe dos capitalistas. A classe proletária sem a posse dos “meios de produção” de seu próprio trabalho tem que vender a única mercadoria, o “trabalho vivo” ou “força de trabalho”, explorado pelo capitalista que recebe algo mais do que investiu (mais-valia), seja por intermédio de produção seja pelo trabalho que comprou sob a forma salarial. Portanto, o capital para Marx é a acumulação de valor que atua para criar e acumular mais valor. O capital corresponde a duas formas, da seguinte maneira: capital constante, que corresponde à parte do capital que se transforma em meios de produção, isto é, em matérias primas, em matérias auxiliares, não modificando sua grandeza de valor num processo de trabalho determinado; capital variável, que é a parte do capital (salários) transformada em força de trabalho, mudando de valor no processo de produção, desse modo, a que reproduz os salários e um excedente, a mais-valia.

Bourdieu estende a noção de capital, que em Marx está calcada na perspectiva econômica, para a dimensão material-simbólico realçando as estratégias⁹ que visam à obtenção de maior lucro possível nas disputas no interior dos campos. Para Bourdieu, o capital “passa a incluir tudo aquilo que passa a ser decisivo para assegurar o acesso privilegiado a todos os bens e recursos escassos em disputa na competição social.” (Bourdieu, 2003, p. 121). Em virtude da sua forma flexível, quer dizer, não estar manifestada unicamente à economia, como no caso de Marx, mas, configurada em diferentes espécies e que possuem valores distintos segundo o peso relativo que cada capital representa em um determinado campo, por exemplo, na universidade o capital cultural é mais importante que outras espécies de capital enquanto no mercado o capital econômico é mais importante. Então, podemos definir a noção de capital, de acordo com Bourdieu, da seguinte maneira:

[...] O capital – no estado objectivado, em forma de propriedades materiais, ou no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido – representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto de instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre o conjunto de rendimentos e de ganhos. As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os

⁹ A noção de estratégia adotada por Bourdieu é nuclear na composição de seu cabedal analítico e teórico. De acordo com Ernesto Seidl, diferente do uso usual do termo, que está relacionado a uma ação premeditada, consciente, planejada e direcionada para o maior lucro possível dos interesses dos agentes, contudo, para Bourdieu se dá de maneira oposta, isto é, “porque sua teoria da prática está calcada na ideia de ação social como fruto do *habitus*” (Seidl, 2017, p. 189). Portanto, mesmo que as estratégias pertençam à categoria de “interesses socialmente orientados”, atuam de forma irrefletida, situado em uma esfera pré-reflexiva ou infraconsciente na manutenção do patrimônio econômico e na reprodução familiar, ou seja, não são objetos de uma intenção propriamente reflexiva, consciente e racional. Bourdieu destaca quatro tipos de estratégias: *estratégias de investimento biológico*, as mais importantes são as de *fecundidade* e as *profiláticas*; *estratégias sucessórias* visam a garantir a transmissão do patrimônio material; *estratégias de investimento econômico*, no sentido amplo do termo, são orientadas para a perpetuação ou para o aumento dos diferentes tipos de capital; *estratégias matrimoniais*, que visam ganho de capital social; *estratégias de investimento simbólico*; As *estratégias de sociodiceia*, caso particular de investimento simbólico, visam a legitimar a dominação e seu fundamento (isto é, a espécie de capital sobre o qual ela repousa), naturalizando-os. (Bourdieu, **Estratégias de Reprodução e Modos de Dominação**. Originalmente publicado na *Actes de la recherche en sciences sociales*. V. 105, n.º 1, 1994. O comitê editorial optou por manter a normalização do original. A publicação da versão em português foi autorizada pela equipe editorial do periódico. p. 26). As estratégias de reprodução não atuam de modo racional ou consciente, mas, como produto do *habitus* – de acordo com o volume e estrutura de propriedades em posse da família, segundo a sociedade – “que tende espontaneamente a reproduzir as condições de sua própria produção”. Daí a importância, de modo complementar a noção de estratégia, da noção de *investimento*.

poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinando (de facto, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como uma coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume do capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis matandis*, para o capital econômico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural) (Bourdieu, 1989. p. 134).

Destacamos duas categorias de capital para melhor compreensão desse conceito: o capital econômico e o capital cultural. O capital econômico, sob a forma de diferentes fatores de produção (propriedades materiais como terras, casas, fábricas, trabalho) e do conjunto de bens (dinheiro, patrimônio, portanto, bens materiais) é acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico e de outras relacionadas a investimentos culturais (acesso ao capital cultural) e à obtenção ou manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis e virtuosos (capital social).

O capital cultural está constituído sob três formas, a saber: o *incorporado*, que é adquirido através de um intenso trabalho de assimilação e encarnação (inculcação) à maneira de disposições duradouras, herdadas por intermédio da socialização, dessa forma, mais precisamente, pela família ou pela escola, desde tenra idade. Essa categoria de capital cultural está intrinsecamente ligada com o domínio culto da linguagem, dos modos, da postura corporal etc.; o *objetivado*, advindo da acumulação de bens culturais, quer dizer, no consumo de objetos consagrados e sacralizados pela cultura legítima, como peças de arte, automóveis, casas, indumentos etc., todavia, para a consecução desses bens culturais é necessário *a priori* possuir de modo internalizado os meios idiossincráticos (capital cultural incorporado) de decifração dos códigos que conferem valor simbólico ao objeto objetivado, isto é, a capacidade de discernir o que pertence ou que não pertence à cultura legítima dando mais ênfase à forma a função, muitas vezes ligada a raridade do objeto cultural e o capital econômico para efetuar a merca de tal objeto; por fim, o capital cultural *institucionalizado*, materializado pelo

interposto do êxito escolar através dos títulos escolares, embora quanto mais fácil o acesso ao título maior será a sua desvalorização (Bourdieu, 2022, 79-88).

Entendido a concepção de capital, entende-se a noção de classe proposta por Bourdieu, que é a caracterizada como um gráfico cartesiano, chamada pelo autor de espaço social. O espaço social é um espaço multidimensional, ou melhor, campos (Bourdieu, 1989), onde os agentes encontram-se dispersos segundo o volume e a estrutura de seus capitais, que funcionam como um tipo de poder que confere vantagens concorrenciais nos campos de acordo com o valor relativo do capital específico que determina a funcionalidade e existência do campo. Por exemplo, os portadores de um grande volume de capital cultural terão mais exceto nos campos em que o capital cultural é fundamental para o exercício de dominância, regulamento e regras. Dito isso, as classes sociais se estruturam e se harmonizam segundo a posição e situação de classe dos agentes no espaço social:

[...] conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns (BOURDIEU, 2015).

Portanto, os fatores de pertencimento a uma determinada classe social encontram-se de acordo com um conjunto de elementos uniformes, condicionados segundo as condições materiais de existência que engendram disposições semelhantes, portanto, conferindo homogeneidade às práticas.

O espaço social é a noção utilizada por Bourdieu para conferir uma topologia formada pelo conjunto de posições sociais ocupadas pelos agentes em uma determinada formação social segundo o peso relativo dos capitais, fundamental na constituição das classes sociais. Segundo a perspectiva *bourdieusiana*, as posições no espaço social não se orientam apenas a partir de um cálculo econômico.

O mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto de propriedades que actuam no universo social considerado, quer dizer, apropriados a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes sociais e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições

relativas neste espaço. Cada um deles acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço – mesmo que tal seja concebível. Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades actantes, ele pode descrito também como campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de força objectivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às *interações* directas entre os agentes (Bourdieu, 1989. p. 133-134).

Portanto, o espaço social é um espaço *multidimensional* de posições relativas, onde cada posição pode ser definida a partir da função de um conjunto multidimensional de coordenadas, logo, de valores que correspondem ao volume total de capital possuído pelos agentes e a sua composição, isto é, o peso relativo que as diferentes formas de capital têm no conjunto. A posição de uma gente no espaço social ou de um grupo de agentes é sempre um ponto em uma trajetória que norteia os agentes para um ponto de chegada mais ou menos prováveis de acordo com os seus diferentes pontos de partida.

[...] a representação cartográfica da distribuição no espaço de uma classe de agentes e instituições constitui uma técnica de objetivação bastante poderosa com a condição de que se saiba ler na planta a relação construída entre a estrutura do sistema das posições constitutivas do espaço de um campo e a estrutura do espaço social, por sua vez definido pela relação entre bens distribuídos no espaço e agentes definidos por capacidades desiguais de apropriação desses bens (Bourdieu, 2001).

Destarte, Bourdieu representa graficamente as posições em que os agentes ocupam no espaço segundo três dimensões, sendo as duas primeiras operando de maneira sincrônica: no eixo vertical, corresponde ao volume total de capital económico e cultural; já o eixo horizontal confere o peso relativo que essas espécies de capital têm no conjunto; por fim, a dimensão que estabelece o corte diacrónico, compreendendo cada posição em uma trajetória entre uma origem e um destino.

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos os valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global de capital que possuem e, na segunda dimensão a composição do seu capital – quer dizer, segundo o

peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses (Bourdieu, 1989, p. 135).

Conforme as propriedades e posições relativas, Bourdieu destaca a caracterização das classes no sentido lógico do termo – um conjunto de agentes que ocupam posições homólogas e estão sujeitos a condicionamentos sociais análogos e, inexoravelmente, por esta razão têm a probabilidade de terem atitudes e interesses semelhantes e, portanto, práticas e tomadas de posição similares.

Com base no conhecimento do espaço de posições, podemos recortar *classes* no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes. [...] é uma classe *provável*, enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objectivos às acções de mobilização do que qualquer outra o conjunto de agentes (Bourdieu, 1989, p. 136).

Com base no que foi citado acima, Bourdieu o denomina como *classes no papel*. Não uma classe efetiva, um grupo mobilizado para a luta, embora uma *classe provável*, cujo conjunto de agentes que oporão menos resistência à mobilização coletiva do que se mesclados com outros situados em lugares distintos do espaço social.

Dessa forma, a noção de espaço social proposta por Bourdieu sofisticava o debate acerca das classes sociais, posto que não apenas apresenta as classes dominantes, médias e populares, mas as frações de cada uma delas. Ou seja, a noção de espaço social é concebida pelas posições antagônicas concernentes ao volume do capital, por um lado, e pela estrutura do capital, pelo outro. Portanto, a relação ao volume de capital que se identifica as oposições de classe social e em relação à estrutura do capital que se apreende as oposições das frações de classe. Nesse sentido, a teoria de classes de Bourdieu oferece uma boa eficácia em relacionar a posição de classe (ou fração de classe) e as práticas dos agentes sociais, em razão de que essas práticas derivam da forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe, tendo como princípio unificador e gerador de práticas o *habitus*.

Habitus

Bourdieu vai além, ele tenta mostrar como as classes se manifestam na prática social. Para isso ele trabalha com o conceito de *habitus*. O *habitus* corresponde ao elemento mediador entre as classes prováveis e as práticas. O *habitus* opera como um sistema de disposições de conduta duráveis e transponíveis que atuam como um princípio gerador de práticas e representações. Portanto, o *habitus* é um conjunto de sistemas de esquemas percepção, avaliação e classificação, subjacentes às práticas e de improvisações reguladas dentro de limites associados às condições sociais de sua origem, podem ser adquiridas de modo tanto implícito quanto explícito, que determina as tomadas de posições dos agentes.

De acordo com Wacquant, o *habitus* tem uma longa trajetória filosófica, de Aristóteles a Escolástica Medieval (Wacquant, 2017, p. 213), e sociológica a partir de Durkheim, todavia, com Bourdieu ganha uma resolução operacional mais eficiente, em vista de “forjar uma teoria disposicional da ação capaz de reintroduzir na antropologia estruturalista a capacidade inventiva dos agentes” (Wacquant, 2017, p. 213).

As raízes do *habitus* encontram-se na noção aristotélica de *hexis*, elaborada na sua doutrina sobre a virtude, significando um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta os nossos sentimentos e desejos numa situação e, como tal, a nossa conduta. No século XIII o termo foi traduzido para latim como *habitus* (particípio passado do verbo *habere*, ter ou possuir) por Tomás de Aquino na sua *Summa Theologiae*, em que adquiriu o sentido acrescentado de capacidade para crescer através da atividade, ou disposição durável suspensa a meio caminho entre potência e ação propositada. Foi usado parcimoniosa e descritivamente por sociólogos da geração clássica como Émile Durkheim (no seu curso sobre *L'Évolution Pédagogique* em France, de 1904-1905), pelo seu sobrinho e colaborador máximo Marcel Mauss (mais especificamente no seu ensaio sobre “As técnicas do corpo”, de 1935), assim como Max Weber (em sua discussão sobre o ascetismo religioso em *Wirtschaft und Gesellschaft*, de 1918) e Thorstein Veblen (que medita sobre o “*habitus* mental predatório” dos industriais em *The Theory of the Leisure Class*, de 1899). A noção ressurgiu na fenomenologia, de forma mais proeminente nos escritos de Edmund Husserl, que designava por *habitus* a conduta mental entre experiências passadas e ações vindouras. Husserl também usava como cognato conceptual o termo “*Habitualität*”, mais tarde traduzido para o inglês pelo seu aluno Alfred Schütz como “conhecimento habitual” (daí a adoção pela etnometodologia), uma noção que se assemelha com a de hábito, generalizada por Maurice Merleau-Ponty em sua análise sobre o “corpo vivido” como impulsor silencioso do comportamento social. O *habitus* também figura de passagem nos escritos de

outro estudante de Husserl, Nobert Elias, que fala de “*habitus* psíquico das pessoas ‘civilizadas’” no estudo clássico *Über den Prozeß der Zivilisation* (Wacquant, 2017, p. 213-214).

O *habitus*, o princípio não escolhido das “escolhas” da vida corrente, possui a dupla capacidade de engendrar práticas e produzir juízos práticos sobre as práticas. Transmuta o espaço das relações sociais, do espaço das diferenças objetivas em espaço simbólico, que é o espaço dos estilos de vida. As marcas ou signos de distinção são retraduições expressivas, por meio da fórmula geradora do *habitus* das diferenças objetivas. Logo, as práticas dos agentes nos diferentes campos sociais tendem a se estruturar a partir de oposições que são homólogos entre si e também homólogos em relação ao espaço das relações de classes. Sendo assim, as transposições sistemáticas produzidas pelo *habitus* de acordo com os campos em que ele funciona conferem certa homogeneidade às práticas dos agentes de uma mesma classe independente de qualquer intencionalidade, ou seja, o *habitus* atua muito mais no inconsciente, um tipo de ação consciente inconscientemente orientada.

O *habitus* corresponde a um sistema de disposições “adquiridas pela aprendizagem implícita e explícita que funciona como sistema de esquemas geradores” de práticas. Logo, o *habitus* comporta a lógica geradora de estratégias que se movem subjetiva e objetivamente com os interesses dos agentes sociais. Não obstante, o *habitus* não é estático, mas sim, arqueável, ou seja, ao mesmo tempo em que compõe disposições duradouras e permanentes de condicionamentos, ele também sofre transformações, “é uma espécie de máquina de transformadora que faz com que ‘reproduzamos’ as condições sociais de nossa própria produção” (Bourdieu, 1996, p. 125). À vista disso, podemos definir o *habitus* como um tipo de capital, que concebe vantagens aos que já o possuem incorporado pela *illusio*¹⁰ de um determinado campo.

¹⁰ Esta palavra vem de *ludus* (jogo) e “poderia significar estar no jogo, estar envolvido no jogo, levar o jogo a sério. A *illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar [...] *Illusio* [...] é dar importância a um ILLUSIO: jogo social, perceber que o que se passa aí é importante para os envolvidos, para os que estão nele [...] É ‘estar em’, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos [...] Os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (Bourdieu 1996,139-140). *Illusio*, de acordo com Bourdieu, é o que

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “reguladoras” sem ser produto da obediência às regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser produto da ação organizadora de um regente. (Bourdieu, 1989, p. 27).

Portanto, o *habitus* funciona como princípio mediador, princípio de correspondência entre as práticas individuais e as condições sociais de existência, foi no seu desajustamento que ele se tornou explícito. *Habitus*, desse modo, capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exógena e as realidades endógenas. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. O *habitus*, então, é concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientadas para funções e ações do agir cotidiano. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria de *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. O *habitus* é uma subjetividade socializada.

O *habitus* é um instrumento conceitual que auxilia a apreender uma homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos e/ou indivíduos que são produtos de uma mesma trajetória social. Assim o conceito consegue apreender o princípio de parte das disposições práticas normalmente vistas de maneira

representa o investimento no “jogo”, a busca pelos prêmios oferecidos pelo campo, portanto, a *illusio* é o que dá sentido ao campo, ou seja, o que vale ser jogado. A *illusio* é um jogo social levado a sério — fantasia subjetiva coletivamente sancionada, calcada em uma metafísica da distinção, pois para ser o centro do mundo devemos ser reconhecidos como distintos, tendo algum valor, alguma honra e dignidade frente a nós mesmos e aos demais. As instituições, ou os campos, através dos atos da constituição de seus prêmios e de alvos estabelecidos, realizam um verdadeiro milagre: “eles conseguem fazer crer aos indivíduos consagrados que eles possuem uma justificação para existir, ou melhor, que sua existência serve para alguma coisa” (Bourdieu 1996,106). Proclamados como dignos de tal honraria e autorizados a receberem os lauréis da glória estarão aqueles que melhor vivenciarem esse jogo como algo sério, efetivo, aqueles que fantasiarem e experimentarem sua *illusio* em um grau de adesão e investimento libidinal o mais alto possível.

difusa. Não obstante, Bourdieu faz a ressalva de que o ajustamento imediato entre *habitus* e campo é apenas uma forma possível de ajustamento, embora seja a mais frequente. Podem-se vislumbrar formas de ajustamento ou desajustamento entre estruturas objetivas e subjetivas. O *habitus* não pode ser interpretado apenas como sinônimo de uma memória sedimentada e imutável; é também um sistema de disposição construído continuamente, aberto e constantemente sujeito a novas experiências. Pode ser visto como um estoque de disposições incorporadas, mas postas em prática a partir de estímulos conjunturais de um campo. É possível vê-lo, pois, como um sistema de disposição que predispõe à reflexão e a uma consciência das práticas, se à medida que um feixe de condições históricas.

Gosto e estilos de vida

Em sua principal obra, *A Distinção: crítica social do julgamento* (1979), Bourdieu propõe que as coletividades têm no consumo um dos elementos basilares em sua constituição, quer dizer, o consumo apresenta-se como um importante ativo de apreensão da relação existente entre a classe social e os bens culturais.

[...] os gostos, entendidos como um conjunto de práticas e de propriedades de uma pessoa ou de um grupo são produto de um encontro (de uma harmonia pré-estabelecida) entre bens e um gosto (Bourdieu, 2015, p. 127).

À análise de uma extensa gama de práticas e preferências em matéria de consumo, sejam consagradas culturalmente (arte, literatura, música, teatro, etc.) ou antropologicamente (alimentação, vestimenta, esportes, decoração, etc.), formam um conjunto de indicadores que tendem a evidenciar, ou melhor, revelar os estilos de vida manifestos em uma estrutura homóloga a do espaço social. Logo, isto evidencia que as diferenças de preferências e práticas correspondem a distinções no espaço social.

O gosto, segundo a sociologia *bourdieusiana*, que é problematizado (uma provocação) a partir das premissas formuladas pela filosofia *kantiana*, vinculadas à estética, gosto “puro” e ao gosto “bárbaro” (Duval, 2017, p. 208), é definido como “uma disposição adquirida para ‘diferenciar’ e apreciar” (Bourdieu, 2015, p. 434). O gosto

funciona para Bourdieu como um marcador de privilégios de classe. O amor pela arte corresponde a uma abstração que subentende uma ação do conhecimento, um cálculo de decifração correspondente de um patrimônio cognitivo, de uma competência cultural.

Segundo Bourdieu, “pelo fato de que condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes” (Bourdieu, 2015, p. 164), as práticas engendradas pelos diferentes *habitus* apresentam-se como configurações sistemáticas e funcionam como estilos de vida. O *habitus* é estrutura estruturante, que organiza tanto as práticas quanto a percepção que se tem delas, também é estrutura estruturada, que organiza a percepção do mundo social e, por consequência, funciona como uma força conservadora (Bourdieu, 2015, p. 164).

Nessa conjuntura, o gosto – uma propensão e uma aptidão para a apropriação (material ou simbólica) de determinada classe de objetos ou de práticas – é a fórmula geradora que se encontra na gênese dos estilos de vida, complexo coeso de propensões de diferenciações que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, a mesma intenção expressiva.

A predileção para A ou B, C ou D, está umbilicalmente relacionado com o conjunto de sistemas de disposições duráveis e transponíveis (incorporados/inculcados) no processo de socialização as condições concretas de existência, orientando as preferências em matéria de consumo no qual o agente é produto. Desta forma, Bourdieu atenta que gosto é fundamentalmente conduzido de acordo com o posicionamento no espaço social.

O gosto aparece, assim, como profundamente vinculado às condições materiais de existência em que se formou: incide, em primeiro lugar, sobre o que nos é familiar, sobre o que nos é acessível. Neste ponto, Bourdieu retoma o argumento do *amor fati*: os agentes sociais tendem a desenvolver o gosto por aquilo que as condições de existência que lhes acostumaram e por aquilo que lhe permite aspirar de modo razoável. Eles tendem a gostar do que têm. As pessoas oriundas do meio popular têm, assim, tendência a valorizar, em seus gostos, os produtos “úteis”, “necessários”, em detrimento daqueles que lhes parecem associados ao luxo ou ao supérfluo. O exemplo de pessoas de condição social inferior que, frente ao aumento de renda, conservam o nível de vida anterior, confirma as análises que leva a observar o gosto como um elemento-chave nos mecanismos que garantem o ajuste dos agentes sociais a

suas condições de existência e, por conseguinte, à ordem social (Bourdieu, 2015).

Segundo Bourdieu, o “gosto classifica aquele que procede à classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar” (Bourdieu, 2015, p. 13), na qual o gosto urde sistemas classificatórios antitéticos entre as posições das classes ou frações de classe: a *distinção*, para a burguesia, à *boa vontade cultural*, para a pequena burguesia,¹¹ e a *necessidade como virtude*, para as classes populares. Por conseguinte, o gosto ajusta-se de tal maneira, que quanto maior for a distância da necessidade mais se manifesta a denegação, onde a maneira subjulga a matéria e a forma à função (Bourdieu, 2015, p. 13).

O consumo dos bens culturais mais legítimos é um caso particular de concorrência pelos bens e práticas raras, cuja a particularidade depende, sem dúvida, mais da lógica da oferta – ou, se preferirmos, da forma específica assumida pela concorrência entre os produtores – que da lógica da demanda e dos gostos ou, se quisermos, da lógica da concorrência entre os consumidores. De fato, basta abolir a barreira mágica que transforma a cultura legítima em um universo separado para perceber as relações inteligíveis entre “escolhas”, aparentemente, incomensuráveis – tais como as preferências em matéria de música ou cardápio, de esporte ou política, de literatura ou penteado. Esta reintegração bárbara dos consumos estéticos no universo dos consumos habituais (aliás, é contra estes que os primeiros não cessam de se definir) tem, entre outras, a virtude de lembrar que o consumo de bens pressupõe – sem dúvida, sempre e em graus diferentes segundo os bens e os consumidores – um *trabalho de apropriação*; ou, mais exatamente, que o consumidor contribui para *produzir o produto que ele consome* mediante um trabalho de identificação e decifração que, no caso da obra de arte, pode constituir a totalidade do consumo e das satisfações que ele proporciona, exigindo, além do tempo, determinadas disposições adquiridas com o tempo. (Bourdieu, 2015, p. 95).

Ainda de acordo com Bourdieu, “o poder econômico é, antes de tudo, o poder de colocar a necessidade econômica à distância” (Bourdieu, 2015, p. 55). Constatação que indica que quanto maior é o poder econômico maior é sua capacidade de adquirir bens de consumo frívolos. Ou seja, o seu elo com o objeto de consumo não se dá a partir da necessidade primária ou fisiológica, porém, de seu uso desnecessário. O

¹¹ A boa vontade cultural pertence a uma fração da pequena burguesia, posto que a constituição de classe tanto para classe dominante quanto para a classe média é relativamente análoga, sendo que a maior diferença se encontra no volume de capitais, uma vez que a classe dominante possui em quantidades muito maiores do que a classe média.

consumo material de bens culturais em sua extensa variedade está intrinsecamente ligado ao poder econômico dos indivíduos, isto é, no qual as necessidades necessárias para o sustento da vida encontram-se já abastecidas.

Portanto, para Bourdieu, há uma tênue relação entre as capacidades aquisitivas e o consumo de bens culturais. Quanto mais desobstruído pelos entraves econômicos, mais livre é para o consumo da cultura, seja na forma material ou simbólica. Logo, a disposição estética é oposta às necessidades econômicas, ou seja, enquanto o trabalho para as classes populares consome muito tempo e são voltados primordialmente para o sustento da família, não há tempo e nem gasto com bens culturais como obras de arte. Devido à necessidade de capital econômico, o gosto torna-se uma escolha do destino, onde a única opção é pelo necessário.

O capital econômico mostra-se fundamental tanto para a disponibilidade de poupança vital para o consumo de bens culturais, quanto para o acesso ao capital cultural, todavia, tão importante quanto os citados anteriormente, é o desprendimento do indivíduo em relação à coisa útil. São essas três ideias que norteiam Bourdieu para estabelecer uma relação entre a classe social e o consumo de bens culturais. Dessa forma, tanto o capital econômico quanto o capital cultural apresentam-se como imprescindíveis para o estranhamento e conformidade no usufruto simbólico e material dos bens culturais. Entretanto, qual tipo de capital tem maior influência na escolha dos bens de consumo e qual a real dependência do capital cultural em relação ao capital econômico para o consumo de tais bens?

Eis que aparece a importância do capital simbólico, uma espécie de “um capital alienado por definição, um capital que se apoia necessariamente nos outros, um olhar e na fala dos outros” (Martin, 2017, p. 111), portanto, o uso do capital cultural combinado com o capital econômico gera capital simbólico, cujo consumo de bens, seja na forma objetiva ou na forma subjetiva, produz distinção de classe, distinção que funciona como resultado da relação entre bens e práticas desigualmente distintos, por um lado, e, por outro, de agentes e grupos sociais cuja existência só é possível ao se distinguirem uns dos outros, segundo capacidades cognitivas e valorativas culturais para identificar os bens e práticas raros e suscetíveis de produzir ganhos de distinção. Logo, a

propensão para diferenciar-se em um determinado domínio dá-se em conformidade ao grau de competência cultural de apreender diferenças sutis.

O *habitus* possibilita que o consumo de um determinado bem receba um valor social a quem é sujeitado, logo, o bem de consumo recebe o seu valor distintivo segundo o valor simbólico destinado pelo consumidor. O consumo de bens de luxo, como vestimenta, obras de arte, assim como práticas de esportes elitizados como equitação, esgrima, golfe ou tênis, detêm um valor além do valor objetivo. Por fim, esse conjunto de gostos e práticas condiciona a um determinado estilo de vida, regidos inseparavelmente dos domínios da existência que, na aparência, se organizam segundo princípios homólogos.

Portanto, as classes são definidas de acordo com a quantidade e qualidade dos capitais possuídos. Desta forma, temos uma classe dominante, detentora da maior quantidade global de capitais; uma classe média, que tem uma composição relativamente parecida com a classe dominante, mas em quantidade inferior; por fim, a classe popular ou classe trabalhadora, define-se pela ausência ou pouca posse de volume global de capital, tendo sua posição de classe organizada segundo a estrutura produtiva.

Conclusão

A noção de classe em Bourdieu, além de ser um esforço teórico/empírico de compreensão dos processos de desigualdade social que perpassa toda obra e trajetória do autor, como pôde ser observada na exposição acima, opera de acordo com o extenso e complexo conceitual teórico. Portanto, para ser trabalhada em pesquisa é necessário um profundo conhecimento da obra do autor e do imbricado processo harmonioso de suas propostas de trato teórico de seus objetos.

É impossível compreender a noção de classe em Bourdieu sem antes estar a par dos debates teórico/metodológico a partir das críticas marxistas e weberianas entorno do conceito e, principalmente, ter o estofo instrumental desenvolvido pelo autor como as noções de espaço social, capital (em suas variadas formas), campo, *habitus*, *illusio*

etc., pois é justamente a partir do trabalho em conjunto, quer dizer, saber operar tais conceitos compreende-se o que o autor propõe acerca da noção de classe. Junto a isso o modo relacional do trato teórico e metodológico dado pelo autor às bases documentais (dados quantitativos, entrevistas, fotografias, jornais, anúncios, etc.).

Portanto, a noção de classe em Bourdieu ganhou status de maior sofisticação metodológica e empírica, abrangendo diferentes campos de análise e diálogos com campos metodológicos e teóricos distintos. Proporcionando maior robustez e acuidade científica aos estudos das classes sociais.

Referências bibliográficas

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **As Estruturas Sociais da Economia**. Porto: Campo das Letras - Editores, S.A., 2006.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e Classes sociais. **Novos estudos**, 96, julho de 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL Difusão Editorial, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim do Século – Edições, Sociedade, Unipessoal, LDA, 2003.

BOURDIEU, Pierre (coord.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre (et al). **Ofício de Sociólogo: metodologia de pesquisa em sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

CATANI, Afrânio Mendes et al (orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política – Volume I**. São Paulo, SP: Editora Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política – Volume II**. São Paulo, SP: Editora Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, SP: Editora Escala, 2009.

NOGUEIRA, Alice & CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos estudos**, 96, julho de 2013.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva – Volume I**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva – Volume II**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. LTC – Livros Técnicos e Científicos. Rio de Janeiro, RJ. 1982.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo, SP: Editora da Unicamp, 2015.

WRIGHT, Erik Olin (org.). **Análise de Classe: Abordagens**. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2015.